



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

**VETO N° 179/2021**

(Veto Total ao Projeto de Lei nº 951/2019)



*VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N°  
951/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO Del  
Wallber Virgolino, QUE "Institui o Plano  
Estadual de Combate ao suicídio no âmbito do  
Estado da Paraíba" Exara-se o parecer pela  
**MANUTENÇÃO DO VETO.***

**MANUTENÇÃO DO VETO.** Com a devida vênia aos que pensam de maneira diferente, mas **em nossa concepção assiste razão ao chefe do Poder Executivo nas razões que fundamentaram o veto jurídico. A matéria vetada vai além do estabelecimento de diretrizes para balizar a formulação de políticas públicas, ela na verdade cria ações concretas e novas atribuições a serem desenvolvidas por órgãos públicos estaduais, afrontando assim o art. 63 da Constituição Estadual, tendo em vista se tratar de matéria de iniciativa parlamentar.**

**VETO TOTAL: GOVERNADOR DO ESTADO**

**AUTOR (A) DO PROJETO:** DEP. Del. Wallber Virgolino

**RELATOR (A):** DEP. Eduardo Carneiro

**PARECER- N° \_\_179\_\_\_\_/2021**

***I – RELATÓRIO***

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e elaboração de parecer técnico o **Veto nº 179/2021**, remetido a esta Casa pelo Governador do Estado da Paraíba, referente ao **Projeto de Lei nº 951/2019** de autoria do nobre Deputado Del. Wallber Virgolino, cuja ementa dispõe “Institui o Plano Estadual de Combate ao suicídio no âmbito do Estado da Paraíba.”



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

*Comissão de Constituição, Justiça e Redação*



O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, vetou totalmente o referido projeto, em suma por considerá-lo inconstitucional por suposto vício formal de iniciativa, visto que no entendimento do Executivo a matéria é de iniciativa legislativa privativa do chefe do executivo, por criar novas atribuições para órgãos públicos estaduais

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
*Comissão de Constituição, Justiça e Redação*



## II – VOTO DO RELATOR

A proposição objeto do veto em apreço tem por intuito instituir a política estadual de educação empreendedora, a ser desenvolvidas nas escolas técnicas e de nível médio no Estado da Paraíba.

Ao se utilizar da prerrogativa constitucional do veto jurídico o Chefe do Executivo alegou uma suposta inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, visto que a matéria cria novas atribuições a órgãos públicos estaduais.

Em que pese à argumentação do Governador, cabe a essa douta Comissão de Justiça, durante a análise do veto governamental fundado em razões de inconstitucionalidade, realizar um estudo minucioso das razões que sustentam a decisão pelo veto e ao fim exarar posição sobre a manutenção ou rejeição parcial ou total dos dispositivos vetados. Temos por competência realizar um estudo minucioso das alegações feitas pelo Executivo e por fim trazer para o conjunto dos pares da Comissão a posição técnica-jurídica dessa relatoria sobre cada ponto suscitado pelo Governador em suas razões.

Com a devida vênia aos que pensam de maneira diferente, mas em nossa concepção assiste razão ao chefe do Poder Executivo nas razões que fundamentaram o veto jurídico. A matéria vetada vai além do estabelecimento de diretrizes para balizar a formulação de políticas públicas, ela na verdade cria ações concretas e novas atribuições a serem desenvolvidas por órgãos públicos estaduais, afrontando assim o art. 63 da Constituição Estadual, tendo em vista se tratar de matéria de iniciativa parlamentar.

Portanto, com base nos fundamentos expostos e diante de tais considerações, esta relatoria, depois de retido exame da matéria, vota pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº 179/2021**.

  
Eduardo Carneiro  
Deputado Estadual -PRTB



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
*Comissão de Constituição, Justiça e Redação*



### III- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto da relatoria, por maioria, com voto divergente da dep. Camila Toscano, opina pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL nº 179/2021.**

É o parecer.

  
DEP. RICARDO BARBOSA

**PRESIDENTE**

  
Eduardo Carneiro  
Deputado Estadual -PRTB

  
Camila Toscano  
Deputada Estadual - PSDB

  
JÚNIOR ARAÚJO  
- Deputado Estadual -

  
DEP. HERVAZIO BEZERRA

  
Jutay Meneses  
Dep. Estadual - Republicanos10